

## **Riachão do Jacuípe**

**Bahia - BA**

### **Histórico**

Diversos sertanista penetraram no interior baiano, por volta do século XVII, com várias finalidade, tais como: guerrear com os índios, capturar índios ou escravos fugitivos, procurar minérios e pedras preciosas. Em consequência, recebiam grandes lotes de terras denominadas sesmarias.

A casa da ponte era o centro de uma propriedade de 160 ( cento e sessenta ) léguas do morro do chapéu até o rio das Velhas e pertencia a Antônio Guedes Brito, primeiro Conde da Ponte. Era doação do rei de Portugal em retribuição aos serviços prestado por seu pai na expulsão dos holandeses e a ele mesmo, concedendo-lhe o título de Mestre de Campo e Regente do São Francisco. Ele deveria expulsar ladrões de gados, contrabandista de ouro, negros aquilombados e outros aventureiros. As terras do Conde da Ponte limitava-se no município de Riachão do Jacuípe com as propriedades de João Veigas Peixoto, a terceira maior fortuna fundiária da Bahia no período colonial.

Dessas sesmarias foi desmembradas uma área de terra para João dos Santos Cruz, que a transformou numa fazenda de criação de gado denominada Riachão. Situava-se à margem esquerda do rio Jacuípe, cujo nome vem de Jacuhy, jacu-y, que quer dizer “rio dos jacus” e pode também proceder de Yacui, o “rio enxuto” ou “rio temporário”.

**Gentílico: jacuipense**

### **Formação Administrativa**

Elevado á categoria de vila com a denominação de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe, pela lei provincial nº 1823, de 01-08-1878, desmembrado de Jacobina. Instalada em 25-10-1878.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída do distrito sede.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Riachão do Jacuípe, pela lei estadual nº 2140, de 14-08-1928.

Pela lei estadual nº 7455, de 23-06-1931, o município de Riachão do Jacuípe adquiriu o território do extinto município de Conceição do Coité, como simples distrito.

Pelo decreto estadual nº 8528, de 07-07-1933, o desmembra do município de Riachão do Jacuípe o distrito de Conceição do Coité. Elevado novamente à categoria de município.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 2 distritos: Riachão do Jacuípe e Candeal.

Pelo decreto nº 9556, de 10-06-1935, é criado o distrito de Ichú, e anexado ao município de Riachão do Jacuípe.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município é constituído de 4 distritos: Riachão do Jacuípe, Candeal, Gavião e Ichu.

Pela lei estadual nº 1683, de 23-04-1962, desmembra do município de Riachão do Jacuípe o distrito de Candeal. Elevado à categoria de município.

Pela lei estadual nº 1766, de 30-07-1962, desmembra do município de Riachão do Jacuípe o distrito de Ichu. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 2 distritos: Riachão do Jacuípe e Gavião.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-I-1979.

Pela lei estadual nº 4033, de 14-05-1982, é criado o distrito de Nova Fátima e anexado ao município de Riachão do Jacuípe.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o município é constituído de 3 distritos: Riachão do Jacuípe, Gavião e Nova Fátima.

Pela lei estadual nº 4410, 19-03-1985, desmembra do município Riachão do Jacuípe o distrito de Gavião. Elevado à categoria de município.

Pela lei estadual nº 4411, 19-03-1985, desmembra do município de Riachão do Jacuípe, o distrito de Pé de Serra. Elevado á categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 2 distritos: Riachão do Jacuípe e Nova Fátima.

Pela lei estadual nº 5022, de 13-06-1989, desmembra do município de Riachão do Jacuípe o distrito de Nova Fátima. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

#### **Alteração toponímica municipal**

Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe para simplesmente Riachão do Jacuípe, alterado pela lei estadual nº 2140, de 14-08-1928.